

## ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ALUGUEL SOCIAL, MORADIA E HABITAÇÃO

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, se deu início a segunda audiência pública sobre aluguel social, moradia e habitação. Para compor a mesa de honra foram convidados o Presidente da Comissão o Vereador **Leandro Azevedo**, a Sr<sup>a</sup> **Claudia Renata Ramos**, o Vice-Presidente o Vereador **Fabio Meireles Guerra Junior**, a suplente Senhora **Macela Diniz Branco Rampini**, o primeiro secretário o Vereador **Tenente Jaime da Silva Medeiros**, a suplente a Senhora **Laura Regina Fermiano da Silva**, o relator o Vereador **José Augusto Bernardes Lima (Gutinho)**, a suplente a Senhora **Ana Carla da Silva Lobo**, a Defensora Pública do Estado a Senhora **Maria Julia**, o Defensor Público do Município de Petrópolis Dr. **Cleber**, a Vereadora **Josélia dos Santos**, os Vereadores de Teresópolis o Senhor **Roni Carneiro** e o Senhor **Maurício Lopes**, o Senhor **Sagati** da Associação dos moradores do aluguel social de Petrópolis, o Secretário de defesa civil de Teresópolis Coronel **Anibal Dornelas**, Tenente **Coronel Sardinha** (subcomandante do 26º Batalhão da Polícia Militar), o Secretário de defesa civil de São José do Vale do Rio Preto o Senhor **Ivan Rodrigues Falcão**, o Vereador **Luiz Zimbrão** do Município de Areal, o Vereador **Marcelo da Silveira** do Município de Petrópolis, o representante o Comando Geral da região serrana do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro o Coronel **Simão**, Vereadora **Vanessa Santinon**, a Senhora **Daiana Mesquita** Assistente Social da Secretaria de Obras de Petrópolis, o Senhor **Marcos Pereira** Diretor de Defesa Civil do município de São José do Vale do Rio Preto, o Senhor **Antonio Neves** Diretor de Habitação, a Senhora **Monica Possas** Assessora do Deputado **Hugo Leal**, as Doutoradas **Flavia e Daniele** do CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos), a Doutora **Natalia Piva**, o Senhor Vereador **Dedel** e o Senhor Vereador **Itamar** ambos do Município de Areal, o Senhor **Ronaldo Medeiros** Secretário de Obras do município de Petrópolis. Foi lida a nota de repúdio, a "Carta a População Brasileira". O Vereador **Leandro Azevedo** numa apresentação de slide demonstrou as informações sobre as tragédias desde 1988 até os dias de hoje. A Senhora **Claudia**, suplente da comissão, falou às famílias do Aluguel Social do Estado que contam com a ajuda da Doutora Maria Júlia da Defensoria Pública. Comentou que nos dias de hoje ninguém quer alugar casa eles em vistas dos atrasos. Falou que, graças à ajuda da Defensoria Pública, foi possível criar alianças e parcerias entre os outros municípios para que fosse possível lutar e buscar soluções para essa causa. Comentou sobre a importância de o Ministério Público intervir e cobrar do Poder Executivo o pagamento do Aluguel Social em dia. Cobrar, também, a entrega das unidades habitacionais, buscando, principalmente, o destino do dinheiro público. Encerrou a sua fala, lembrando que ali não havia nenhuma representante do **INEA** (Instituto Estadual do Ambiente) e que os gostaria de uma posição do Órgão, uma vez que até hoje nenhuma reunião havia sido agendada com responsável pelo assunto dentro do Instituto. O Vereador Tenente **Jaime**, do município de Teresópolis saudou os presentes e disse que na época das tragédias ele era o Subsecretário de Defesa Civil. Só teria sentido a noção do tamanho do problema quando encontrou o corpo de uma vítima que percorreu cerca de 8 km do lugar onde se encontrava originalmente. Foram cerca de 15.000 (quinze mil) desabrigados, 10.000 (dez mil) desalojados. Nessa ocasião que teve a oportunidade de conhecer a Senhora Laura e seus familiares com sua casa interditada sem ter sido esta recuperada até os dias atuais. Encerrou sua fala dizendo que além do sofrimento que essas famílias vêm sofrendo, ainda toleram assédio moral e ameaças ao





lutarem por seus direitos. O Vereador **Leandro Azevedo** convidou o Vereador Roni Medeiros para compor a mesa. A Doutora **Natália Piva** fez uma apresentação dos dados de Teresópolis e disse que os mesmos não são oficiais, pois, as informações coletadas não vieram da Prefeitura, mas sim da pesquisa feita por voluntários do grupo Resgate da Cidadania. A Senhora **Laura Fermiano**, suplente da comissão, disse que mais de 500 (quinhentas) famílias não foram atendidas. Por conta do Decreto Nº 44.515, ela e muitas outras ficaram sem direito a indenização e quem recebeu está tendo que devolver para o **INEA** para que possa receber o imóvel. O Estado e nem a Prefeitura querem se responsabilizar pela tragédia de 2012, e as famílias que foram incentivadas a fazer a compra assistida, não estão recebendo a ajuda do Estado como foi combinado contraindo assim uma enorme dívida. Encerrou sua fala cobrando que se faça valer a Constituição e que moradia é direito de todos. O Vereador **Fabio Guerra**, de São José do Vale do rio Preto, disse que acompanha essas tragédias desde 1988 quando era radialista e que em 2011 apesar de não ter vítimas no município, pode ver espalhado pela cidade os corpos de pessoas que foram arrastados dos municípios vizinhos. Cobrou a presença do **INEA** dizendo que este deve se posicionar e principalmente, deve haver um dialogo entre os Órgãos Públicos, Estado, Município, população e até mesmo o **INEA** para que possam ajudar as famílias envolvidas. Colocou-se a disposição das famílias. A Senhora **Marcela Diniz**, suplente de São José do Vale do Rio Preto, disse que a tragédia de 2011 deixou a cidade ilhada, pois, a mesma foi construída as margens do rio deixando 2000 (duas mil) famílias desalojadas, 380 (trezentos e oitenta) desabrigadas, onde somente 78 (setenta e oito) recebem o aluguel social. Contou que o Município possui um terreno situado na Fazenda de São Guido para construção de casas populares. O Estado prometeu construir 100 (cem) unidades e até hoje nada foi feito. Descreveu, também, que a intenção é buscar uma união entre Governo e População, para que essas famílias possam ter dignidade de ter um lar para morar. Falou que é preciso repensar as formas de indenização, pois quem optou por receber a indenização deixará a casa livre para outra família que precisa. Afirmou que algumas famílias cortadas indevidamente do Aluguel Social, mesmo possuindo o laudo do **INEA**, obrigando as mesmas a aceitarem morar no conjunto habitacional, sendo que muitos querem receber a indenização por já possuírem outros terrenos. O Vereador **Gutinho Bernardes**, do município de Areal, informou que essa briga já se estende a 7 anos e que os municípios vinham lutando sozinhos até o momento, agora não mais, pois essa comissão veio para unir a região serrana. Agradeceu a Universidade Estácio de Sá pelos dados e valores levantados pelo Curso de Engenharia. Ponderou da finalidade dessa comissão, que é de criar um relatório juntamente com a carta de repúdio, enviando a todos os Deputados Estaduais e Federais e demais autoridades competentes, propôs também que o mesmo ficasse a disposição para consulta pública para que as pessoas possam ver e dar suas contribuições. Relatou que já está marcada uma reunião com o **INEA** e com o Ministro das Cidades em Brasília. Em sua apresentação, mostrou os dados do município e a real situação das famílias. Finalizou dizendo que não devemos perder a coragem, nem desistir e que devemos lutar até final. A Senhora **Ana Carla**, suplente do Município de Areal, disse que existem pessoas que ainda não foram contempladas com nenhum tipo de ajuda, e que muitas famílias estão sendo despejadas por falta de pagamento do aluguel social. Agradeceu o empenho e a união dos vereadores envolvidos, além dos que compõem a comissão. O Vereador Tenente **Jaime**, do município de Teresópolis, convidou o Senhor **Marcos** para falar já que o mesmo havia sido citado nas falas anteriores como funcionário do **INEA**, para que pudesse se manifestar em sua defesa. O Senhor **Marcos**, disse que é subsecretário do





Parque dos 3 Picos e que não estava ali representando o **INEA**, mas sim como sociedade civil. Comprometeu-se a levar os assuntos tratados na audiência até o órgão. Colocou-se a disposição da população para contribuir no que for possível. A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, disse que faz parte do Núcleo de Terra e Habitação e que o mesmo é responsável pelo Município do Rio de Janeiro, porém ao ver que o Aluguel Social de algumas comunidades da cidade estava atrasado, resolveu cobrar do Estado o pagamento do mesmo a todos que o recebiam. Falou que ela só pode entrar com o processo de arresto por ausência de pagamento. Narrou que a população deve estar unida e mobilizada para se organizar na cobrança dessas medidas do Poder Público. O **Dr. Cleber**, Defensor Público do Município de Petrópolis, disse que ele é o coordenador da Região 6. Enunciou que a Defensoria Pública só consegue resolver assuntos relacionados à justiça e que questões como habitação e terreno não competem a eles. Disse que aos representantes do Município de Areal que eles poderiam contar com ele pra interceder por eles. Encerrou sua fala se colocando a disposição de todos e a Defensoria como aliada da Comissão. O Vereador **Leandro Azevedo**, abriu a audiência para perguntas, respostas e relatos que possam contribuir e serem anexadas ao relatório. A Senhora **Maria Angélica**, da comunidade dos Borges, falou sobre o abandono do **INEA**, a situação da ponte que se encontra em mal estado. O Senhor **Sagati**, da Associação dos moradores do aluguel social de Petrópolis, disse que fundou a mesma juntamente com outras famílias para unir forças e buscar ajuda. Explicou que o Aluguel Social está atrasando, muitas famílias estão sendo despejadas por conta dos repetidos atrasos no pagamento. Algumas casas que foram desocupadas na época e vêm sendo invadidas por outras pessoas – fato denunciado ao Ministério Público. O Senhor **Adalberto** do Vale do Cuiabá disse que o **INEA** não irá pagar pelas indenizações que foram calculadas pela empresa contratada na época, porque a mesma não era habilitada e que os acordos não têm valor. O Órgão se aproveita do decreto criado em meio à corrupção para alegar o não pagamento dessas indenizações. A Senhora **Claudia**, suplente de Petrópolis, perguntou sobre o futuro do aluguel social, se o mesmo será mantido pelo Estado ou pelo Município? Caso uma família recuse a moradia, ela perde o direito ao aluguel social? A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, confirmou que o Aluguel Social continuará enquanto houver o decreto, as famílias só perderão o direito ao Aluguel Social caso seja realocada. A Senhora **Priscila**, disse que consta no decreto do aluguel social que a família que recusar a moradia também perde o direito ao mesmo. A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, disse que irá ver se procede tal informação. A Senhora **Genir** do município de Teresópolis disse que foi obrigada a assinar um documento onde terá que devolver até o dia 28 de setembro a quantia de R\$ 11.754,00 (onze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), mas não informaram a quem pagar e nem a conta para depositar. O Senhor **Anderson Magalhães** do município de Teresópolis disse que abriu mão da moradia já que o mesmo possuía outro imóvel para que sua companheira pudesse ser contemplada, mas o **INEA** não quer entregar as chaves alegando duplicidade na inscrição. O Senhor **Moises de Pula** disse que teve sua casa interditada, mas que os documentos feitos pelo **INEA** sumiram, e agora, após 7 anos a casa cinda continua de pé e ele pagando aluguel. A Senhora **Lucilene** do município de São José do Vale do Rio Preto disse que existe uma diferença entre o Aluguel Social de Petrópolis e de São José e que a quantia de R\$ 400,00 não é suficiente para pagar o aluguel. Questionou sobre as famílias que adquiriram seus imóveis por conta própria, como ficaria a situação deles com o Estado? A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, disse que vai analisar essa informação. A Senhora **Lucilene**, informou que o Estado paga R\$

400,00 (quatrocentos reais) e questionou se o município pode complementar essa renda, já que os outros municípios recebem uma quantia maior na média de R\$ 600,00 (seiscentos reais)? A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, disse que não existe nenhuma lei que obrigue o Município a complementar, mas que o Executivo pode junto ao Estado negociar a possibilidade desse complemento. A Senhora **Lucilene**, perguntou por que a Secretaria de Habitação não pode ajudar na questão do Aluguel Social, sendo que a mesma recebe uma verba anual da prefeitura? A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, disse que não existe lei que obrigue a Secretaria a arcar com essas despesas. Pelo município de Areal, algumas famílias tiveram seu aluguel social cortado a 1 ano e 5 meses, como elas devem proceder? A Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, disse que essas famílias devem procurar a Defensoria Pública e entrar com uma ação. Questionaram também onde está sendo aplicado o dinheiro doado pelas empresas à Prefeitura de Areal? Segundo a Senhora **Maria Julia**, Defensora Pública do Estado, sabe-se que o montante chega a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), porém, os orçamentos das obras estão avaliados em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) e que esse dinheiro não resolveria o problema. Perguntaram sobre a paralisação da obra na entrada do Município de Areal devido à falta de pagamento pelo Estado, segundo os moradores a Prefeitura quis finalizar a obra, mas o **INEA** não deixou como fica essa situação? O Vereador **Gutinho**, do Município de Areal disse que há duas semanas o Gerente de Obras do **INEA** esteve lá e que estão na expectativa de uma resposta e vão cobrar uma solução. O Vereador **Leandro de Azevedo** agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência.



Prof. Leandro Azevedo  
Vereador

Fora do de Silveira

